

**SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA
SAELPA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2002
OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

I. Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório das nossas atividades de 2002, acompanhado das demonstrações financeiras correspondentes.

1. Considerações Gerais

Em que pesem as dificuldades remanescentes do racionamento de energia, deflagrado em 2001 e só encerrado em fevereiro de 2002, a Saelpa deu continuidade ao seu programa de investimentos, demonstrando firme propósito de melhorar as condições operacionais do seu sistema elétrico e, portanto, incrementar a confiabilidade e qualidade do fornecimento de energia a seus quase 800 mil consumidores no Estado da Paraíba.

As ações empreendidas nessa direção redundaram em conquistas importantes em 2002, sendo de se destacar a significativa redução dos índices de perdas, inadimplência e interrupções de fornecimento de energia. Além disso, a Saelpa implantou uma política de responsabilidade social, com o início das atividades da sua Usina Cultural, possibilitando à empresa estar mais presente entre os paraibanos, dando efetiva contribuição para o desenvolvimento da cultura no Estado. Se em cenário tão adverso, a Saelpa tem procurado a excelência nos seus serviços e nas suas ações voltadas em prol do desenvolvimento do Estado da Paraíba, muito a incentiva o reconhecimento público. Na edição 2002 do Prêmio Abradee – Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica, a Saelpa foi classificada em 1º lugar entre as distribuidoras do Norte e Nordeste do Brasil, na categoria “Melhor Qualidade de Gestão”.

Os investimentos, que atingiram R\$45.365 mil em 2002, foram alocados prioritariamente no setor de transmissão e distribuição de energia. Entre as realizações da Saelpa destacam-se: a) a construção das linhas de transmissão Mussuré II / Santa Rita e Mussuré II / João Pessoa, com um total de 21 Km de extensão; b) a construção da subestação de Uiraúna (5 MVA); c) a automação de mais 15 subestações, perfazendo um total de 16 já automatizadas; d) a ampliação de 17 subestações; e e) a instalação de 2.032 transformadores, 30.065 postes e a construção de cerca de 2.512 Km de redes urbanas e rurais, com as quais a Saelpa totaliza 33.164 Km de redes de distribuição ao final de 2002.

2. Os Resultados na Área Comercial

Na área comercial, as diretrizes emanadas do Sistema de Gestão Estratégica, que vem sendo implantado na empresa, resultaram em sensível redução da inadimplência / pendente e das perdas de energia. Os índices do **pendente** tiveram uma redução de **16,1%** e os da **inadimplência** de **33,6%** em 2002, em relação aos de 2001. Conseqüência da intensificação das negociações com consumidores com pendências judiciais, com os grandes devedores e clientes inadimplentes através do *Plano Pague Fácil* e do crescimento de 142% no número de consumidores desligados mensalmente por falta de pagamento. Em relação às perdas de energia, foi registrada substancial redução de **23,4%**, com relação às de 2001. Essa redução tão expressiva deve também ser creditada à implantação do Sistema de Gestão Estratégica, na área de combate às perdas de energia. Merecem ainda destaque as seguintes ações: inspeção em 56.698 unidades consumidoras; instalação de 17.558 medidores em unidades consumidoras sem medição; regularização de 14.628 unidades consumidoras clandestinas e instalação de 1.942 padrões de medição externos. Por sua vez, os índices de interrupções de energia – DEC (duração equivalente por consumidor) e FEC (frequência equivalente por consumidor) em 2002 situaram em 22,70 (21,31 em 2001) e 10,91 (14,15 em 2001), respectivamente.

3 . Recursos Humanos e Responsabilidade Social

Sempre priorizando a qualidade dos serviços e a satisfação de seus clientes, a Saelpa continuou investindo na capacitação dos integrantes de seu quadro de pessoal, de modo a propiciar-lhes mais segurança e agilidade na execução de suas atividades. Assim a empresa fechou 2002 com um acumulado de 64.066 homens-hora treinados, o que representa cerca de 2,8% da força de trabalho da empresa e mais de 51 horas de treinamento para cada empregado.

E também em consonância com a política de responsabilidade social empresarial há muito desenvolvida nas empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, a Saelpa deu início à extensiva reforma no complexo Cruz do Peixe, visando adequar o referido espaço às atividades de sua Usina Cultural. Com a inauguração da sede, prevista para o primeiro semestre de 2003, a Usina cumprirá dupla função: implantação de um projeto de inclusão social e resgate da cidadania, envolvendo crianças e adolescentes de baixa renda; e disponibilização de um complexo científico-cultural pedagógico, que incluirá Museu da Eletricidade / Superestação de Energia, galeria de arte, café e, futuramente, auditório e espaço multi-funcional para a realização de oficinas de arte-educação. As atividades de arte-educação da Usina Cultural iniciaram-se com o convênio firmado com a UFPB e a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Funape), para implantação de uma Oficina de Música, a primeira a integrar o Projeto Café com Pão, Arte Confusão - Núcleo João Pessoa, PB -, que passou a atender 64 crianças e adolescentes de 6 a 18 anos, residentes na periferia da Grande João Pessoa. A empresa adquiriu e disponibilizou instrumentos musicais para as atividades da Oficina, cujos integrantes fizeram sua primeira apresentação pública em 12 de outubro de 2002, Dia da Criança. A Saelpa também patrocinou eventos e ações promovidos por instituições e entidades paraibanas como o Projeto Bem-Querer, a Expoarte 2002 , o Projeto Natal sem Fome e a Micaroa 2002 .

A seguir, indicadores financeiros relativos ao desempenho econômico - social da Saelpa:

Balanco Social

1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2002	2001
1.1 - Receita Operacional Líquida	313.381	312.379
1.2 - Lucro Operacional	34.536	(19.486)
1.3 - Folha de Pagamento	28.431	32.602
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	2.704	2.347
2.2 - Encargos Sociais	7.426	6.513
2.3 - Previdência Privada	3.461	2.788
2.4 - Saúde	637	982
2.5 - Educação	299	516
2.6 - Outros Benefícios	664	1.127
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.6)	15.191	14.273
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	91.969	65.146
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	479	264
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	1	138
3.4 - Programa Luz no Campo	614	1.888
3.5 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	1.756	462
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	94.819	67.898
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - N° de empregados ao final do período	1.173	1.157
4.2 - N° de admissões durante o período	250	313

4 . Mercado de Energia Elétrica

A Saelpa encerrou o exercício com 792.328 consumidores, 2,5 % a mais que em 2001. O consumo de energia elétrica mostrou um comportamento abaixo das expectativas, tendo sido vendido no seu mercado próprio 2.061 GWh, representando um aumento de 5,5% em relação ao volume de 2001, porém 0,6% inferior ao de 2000, ano em que o mercado ainda não tinha sofrido as conseqüências do racionamento.

Com esse mercado, a receita operacional bruta atingiu R\$395.446 mil, significando um acréscimo de apenas 4,4% em relação a 2001. Em agosto de 2002, as tarifas de fornecimento da Saelpa foram reajustadas em 14,0%, com base na aplicação de fórmulas contratuais, que levam em consideração a variação dos custos que a empresa teve no decorrer de doze meses.

5 . Resultados econômico-financeiros

A administração da Saelpa estornou em 2002 o montante líquido de R\$29.356 mil, contabilizado em 2001 como receitas/despesas operacionais dos serviços de energia elétrica. Esse ajuste deve-se aos novos extratos divulgados pelo MAE – Mercado Atacadista de Energia, referentes à recomposição tarifária extraordinária e às transações de compra e venda de energia naquele mercado. Por consequência, o seu resultado dos serviços de energia elétrica (R\$75.245 mil) e a geração de caixa, medida pelo EBITDA (R\$101.674 mil) de 2002 estão afetados positivamente por esse montante. Também em função desse fato, a Saelpa registrou em 2002 um lucro líquido de R\$27.389 mil, ocasionando um aumento no seu patrimônio líquido de R\$98.474 mil, em dezembro de 2001, para R\$125.863 mil, em dezembro de 2002. Esse patrimônio representa R\$0,17 por ação do seu capital social da Saelpa.

Indicadores Patrimoniais e Econômicos

Valores em R\$ mil	2002	2001	Varição %
Ativo Total	630.379	600.675	+ 4,9
Patrimônio Líquido	125.863	98.474	+ 27,8
Endividamento Oneroso Líquido	150.729	116.295	+ 29,6
Receita Operacional Bruta	395.446	378.941	+ 4,4
Receita Operacional Líquida	313.381	312.379	+ 0,3
Despesas Controláveis	(74.656)	(65.164)	+ 14,6
Resultados dos Serviços de Energia Elétrica	75.245	(5.681)	-
Resultado Financeiro	(40.709)	(13.805)	+ 194,9
Lucro Líquido (Prejuízo)	27.389	(13.281)	-
Geração de Caixa (EBITDA)	101.674	2.800	+ 3.531,2
Margem EBITDA – (%)	32,4	0,9	-
Índice de Líquidez Corrente	0,7	0,7	-
Endividamento Oneroso Líquido / Ativo Total – (%)	23,9	19,4	-

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2002 e 2001
(em milhares de reais)**

	2002	2001
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	395.446	378.941
Receitas não operacionais	3.402	455
Menos Insumos :		
Custo da energia comprada	109.754	222.250
Transporte de potência elétrica	28.757	21.956
Serviços de terceiros	27.660	20.029
Materiais	6.045	5.474
Outros custos operacionais	5.472	3.465
	177.688	273.174
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	221.160	106.222
Quotas de reintegrações	15.329	13.433
Provisão (reversão) para contingências	(131)	(5.664)
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	730	(5.860)
	15.928	1.909
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	205.232	104.313
Receitas financeiras	24.372	12.770
IR e contribuição social diferida	-	6.011
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	229.604	123.094
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	34.778	34.726
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	91.969	65.146
Transferências intra-setoriais	12.696	10.799
Juros	61.161	24.002
Aluguéis	1.611	1.702
Lucro (prejuízo) do exercício	27.389	(13.281)
	229.604	123.094

A Administração.

II. Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial - Ativo

SAELPA - SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA

CNPJ (MF) Nº 09.095.183/0001-40

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais)

ATIVO	<u>2002</u>	<u>2001</u>
CIRCULANTE		
Numerário disponível	6.796	3.010
Consumidores e concessionárias	157.645	154.529
Títulos de créditos a receber	21.581	15.129
Créditos renegociados	32.692	39.176
Recomposição tarifária extraordinária	18.167	26.147
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(74.672)	(73.942)
Estoques	1.543	2.350
Impostos a recuperar	10.183	13.687
Despesas pagas antecipadamente	4.130	1.932
Outros créditos	15.888	672
	<u>193.953</u>	<u>182.690</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Recomposição tarifária extraordinária	53.593	52.296
Títulos de créditos a receber	10.205	4.266
Créditos renegociados	20.638	28.007
Créditos com partes relacionadas	11.058	6.587
Impostos a recuperar	4.159	5.833
Créditos tributários	91.912	92.914
Depósitos judiciais	13.958	10.703
Outros	11.569	13.749
	<u>217.092</u>	<u>214.355</u>
PERMANENTE		
Investimentos	246	189
Imobilizado	217.370	201.621
Diferido	1.718	1.820
	<u>219.334</u>	<u>203.630</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>630.379</u>	<u>600.675</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial - Passivo

SAELPA - SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA
 CNPJ (MF) Nº 09.095.183/0001-40
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
 (Em milhares de reais)

PASSIVO	<u>2002</u>	<u>2001</u>
CIRCULANTE		
Fornecedores	46.166	116.059
Empréstimos e financiamentos	101.470	45.194
Folha de pagamento	1.169	1.454
Tributos e contribuições sociais	89.819	67.052
Obrigações estimadas	3.006	2.887
Encargos do consumidor a recolher	1.370	2.902
Taxa de iluminação pública arrecadada	3.476	3.384
Provisões do deficit atuarial da Funasa	3.865	3.865
Outras contas a pagar	26.206	4.078
	<u>276.547</u>	<u>246.875</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Fornecedores	21.348	17.316
Empréstimos e financiamentos	43.615	16.702
Tributos e contribuições sociais	44.405	54.198
Débitos com partes relacionadas	12.440	57.409
Provisões para contingências	74.608	78.120
Provisões do deficit atuarial da Funasa	24.703	24.297
Outros	6.850	7.284
	<u>227.969</u>	<u>255.326</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	181.401	181.401
Reserva de capital	2.994	2.994
Prejuízos acumulados	(58.532)	(85.921)
	<u>125.863</u>	<u>98.474</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>630.379</u></u>	<u><u>600.675</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações dos Resultados

SAELPA - SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA

CNPJ (MF) Nº 09.095.183/0001-40

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Receita operacional		
Fornecimento de energia elétrica	342.495	354.789
Suprimento de energia elétrica	48.469	20.943
Outras receitas	4.482	3.209
	<u>395.446</u>	<u>378.941</u>
Deduções à receita operacional		
Quota para reserva global de reversão - RGR	3.655	4.018
ICMS faturado	63.660	49.056
Pis e cofins	14.750	13.488
	<u>82.065</u>	<u>66.562</u>
Receita operacional líquida	<u>313.381</u>	<u>312.379</u>
Despesa (receita) operacional		
Pessoal	34.778	34.726
Material	6.045	5.474
Serviços de terceiros	27.660	20.029
Energia elétrica comprada para revenda	109.754	222.250
Transporte de potência elétrica	28.757	21.956
Depreciação e amortização	15.329	13.433
Quota para conta de consumo de combustível	9.041	6.781
Reversão de provisão para contingências	(131)	(5.664)
Devedores duvidosos provisão (reversão)	730	(5.860)
Outras despesas	6.173	4.935
	<u>238.136</u>	<u>318.060</u>
Resultado do serviço	<u>75.245</u>	<u>(5.681)</u>
Receita (despesa) financeira		
Renda de aplicações financeiras	298	52
Acréscimo moratório sobre contas de energia	10.501	6.572
Outras receitas financeiras	12.669	6.146
Encargos de dívidas	(43.740)	(19.861)
(-) Transferências para o imobilizado em curso	149	-
Outras despesas financeiras	(20.586)	(6.714)
	<u>(40.709)</u>	<u>(13.805)</u>
Resultado operacional	<u>34.536</u>	<u>(19.486)</u>
Receita não operacional	3.402	455
Despesa não operacional	(910)	(261)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda	<u>37.028</u>	<u>(19.292)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(9.639)	6.011
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u><u>27.389</u></u>	<u><u>(13.281)</u></u>
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - R\$	<u><u>37,46</u></u>	<u><u>(18,16)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

SAELPA - SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA

CNPJ (MF) Nº 09.095.183/0001-40

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
 (Em milhares de reais)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Origens de recursos		
De Terceiros		
Financiamentos captados	55.731	7.506
Empréstimos com partes relacionadas	-	57.409
Parcelamento de ICMS	64.995	-
Contribuição do consumidor	13.412	492
Redução do realizável a longo prazo	<u>2.420</u>	<u>9.536</u>
Total das origens	<u>136.558</u>	<u>74.943</u>
Aplicações de recursos		
Nas Operações		
Prejuízo (lucro) do exercício	(27.389)	13.281
Receitas (despesas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	(15.329)	(13.433)
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	(5.824)	(13.375)
Reversão de provisão para contingências	3.512	12.664
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.002)	6.011
Recomposição tarifária extraordinária de longo prazo, líquida	1.381	34.393
Conta de variação de valores Parcela A - CVA	(1.447)	2.482
Valor residual de itens de ativo permanentes baixados	(977)	(474)
Outros	-	450
Total aplicado nas operações	<u>(47.075)</u>	<u>41.999</u>
Outras aplicações		
Nos investimentos	56	31
No imobilizado	45.109	42.670
No diferido	257	2.070
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	<u>156.620</u>	<u>66.128</u>
Total das aplicações	<u>154.967</u>	<u>152.898</u>
Redução do capital circulante líquido	<u>(18.409)</u>	<u>(77.955)</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No início do exercício	182.690	107.144
No fim do exercício	<u>193.953</u>	<u>182.690</u>
	<u>11.263</u>	<u>75.546</u>
Passivo circulante		
No início do exercício	246.875	93.374
No fim do exercício	<u>276.547</u>	<u>246.875</u>
	<u>29.672</u>	<u>153.501</u>
Redução do capital circulante líquido	<u>(18.409)</u>	<u>(77.955)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

SAELPA - SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA
 CNPJ (MF) Nº 09.095.183/0001-40
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital Remuneração das imobilizações em curso	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2001	181.401	2.994	(75.907)	108.488
Reversão déficit atuarial - Funasa	-	-	4.876	4.876
Efeitos tributários sobre a reversão do déficit atuarial - Funasa	-	-	(1.609)	(1.609)
Prejuízo do exercício	-	-	(13.281)	(13.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2001	181.401	2.994	(85.921)	98.474
Lucro líquido do exercício	-	-	27.389	27.389
Saldos em 31 de dezembro de 2002	181.401	2.994	(58.532)	125.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

III. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA é uma concessionária de energia elétrica, que atua em 216 municípios do Estado da Paraíba, atendendo a aproximadamente 792 mil consumidores (quantidade não auditada do pelos auditores independentes).

A SAELPA é controlada (87,63% do capital votante e 74,29% do capital total), pela PBpart - SE 2 Ltda., empresa de propósito específico controlada pela Empresa Energética de Sergipe S.A.– ENERGIPE.

A SAELPA apresentava o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2002 de R\$82.594 (R\$64.185 em 2001). Esse desequilíbrio decorre da necessidade da empresa se financiar no mercado financeiro de curto prazo, haja vista o desequilíbrio provocado pela redução das receitas operacionais durante o Programa Emergencial de Racionamento (vide nota nº 5), bem como da postergação de 50% da liquidação das transações da energia elétrica ocorridas no Mercado Atacadista de Energia – MAE (vide nota nº 4).

A Administração vem mantendo negociações com as instituições financeiras credoras, visando o alongamento de suas dívidas de curto para longo prazo. Com o resultado dessas negociações, previsto para o primeiro semestre de 2003, a Administração, baseada nas projeções de resultados, espera restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da SAELPA.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”, de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;

b) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;

c) Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado;

d) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;

e) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As

depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimada dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;

f) Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A Saelpa optou por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 2000;

g) O diferido está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos;

h) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;

i) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2002 e 2001 foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02 e Deliberação CVM 273/97, respectivamente;

j) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

k) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;

l) Os custos associados aos planos de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM nº 371/00;

m) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.

n) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira, requer que a Administração da Saelpa, se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no Mercado Atacadista de Energia – MAE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências e Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões.

4. Consumidores e concessionárias

Classes de consumo	Saldos	Vencidos	Vencidos	Vencidos	Vencidos	Vencidos	Total	
	Vincendos	até 30 dias	de 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	de 180 a 360 dias	há mais de 360 dias	2002	2001
Residencial	6.168	5.592	1.926	1.435	2.289	9.037	26.447	26.729
Industrial	5.136	1.122	613	357	5.139	6.585	18.952	20.995
Comércio, serviços e outras atividades	3.555	2.632	1.366	680	1.461	4.951	14.645	13.404
Rural	771	452	289	183	255	1.241	3.191	3.482
Poder público:								
Federal	553	403	586	685	455	2.970	5.652	16.051
Estadual	886	645	938	1.097	729	4.759	9.054	452
Municipal	632	460	670	783	520	3.397	6.462	1.141
Iluminação pública	1.693	902	1.665	1.947	3.371	28.632	38.210	30.895
Serviço público	2.088	215	55	41	69	254	2.722	2.938
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	3.737	7.730
Subtotal – consumidores	21.482	12.423	8.108	7.208	14.288	61.826	129.072	123.817
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	-	15.448	22.751
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	13.125	7.961
Total	21.482	12.423	8.108	7.208	14.288	61.826	157.645	154.529

(*) Inclui energia vendida no Mercado Atacadista de Energia – MAE .

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa dos saldos vencidos de longa data, dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE no montante de R\$15.266, relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, deduzido da liquidação parcial ocorrida em 30 de dezembro de 2002. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pelo Mercado Atacadista de Energia - MAE. A liquidação financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$221, relativo aos encargos de serviço de sistema, estava programada para 22 de novembro de 2002, mas foi postergada em razão de novo acordo realizado entre as empresas do setor e o Governo. De acordo com o estabelecido nesse novo acordo, 50% do saldo líquido a receber/a pagar deveriam ter a liquidação iniciada até o fim do exercício de 2002 e o saldo remanescente liquidado após a conclusão dos trabalhos de auditoria a ser contratada para essa finalidade.

A Resolução ANEEL nº 763 de 20/12/2002 em conjunto com os Despachos do MAE, estabeleceu a liquidação financeira das operações registradas no MAE, com o seguinte cronograma:

Créditos no MAE	Data de Liquidação
50% dos valores referentes a:	
• set/2000 a set/2002	dez/2002
• out/2002	jan/2003
• nov/2002	fev/2003
• dez/2002	fev/2003
Saldo remanescente	Após conclusão da auditoria a ser realizada nas contabilizações das operações registradas no MAE, com cronograma ainda a ser divulgado pelo MAE

Até 31 de dezembro de 2002 a SAELPA pagou R\$196.

De acordo com as regras desse mercado o saldo a receber da primeira parcela não liquidado deverá ser negociado bilateralmente entre as empresas do setor.

Abaixo, apresenta-se a posição da Saelpa junto ao MAE:

Composição dos créditos no MAE	
Setembro/2000 a dezembro/2002:	
• Parcela liberada para liquidação	7.731
• Parcela retida (aguardando finalização de auditoria nas contas do MAE)	7.731
• Pagamentos efetuados em dezembro de 2002	196

Saldo em 31 de dezembro de 2002	15.266

Liquidações ocorridas em janeiro e fevereiro de 2003	(6.584)

Os valores da energia no curto prazo podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº. 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

5. Recomposição tarifária extraordinária

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 31, da ANEEL, de 24 de janeiro de 2002, foi instituída a recomposição tarifária extraordinária, que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda).
- b) 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 01 de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período;
- b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A; e
- c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003. Esses valores começarão a ser repassados aos geradores a partir de março de 2003.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária e energia livre estão demonstrados a seguir:

	Recomposição tarifária	Energia livre	Parcela A	Total

Saldos em 31/12/2001	50.607	26.956	880	78.443
Ajuste Resolução nº 480 e 483	(6.196)	(2.336)	(5)	(8.537)
Constituição conforme Res. nº 481	6.931	2.982	-	9.913
Amortização	(16.710)	-	-	(16.710)
Atualização monetária	8.491	-	160	8.651
Saldos em 31/12/2002	43.123	27.602	1.035	71.760
Parcela de curto prazo	18.167	-	-	18.167
Parcela de longo prazo	24.956	27.602	1.035	53.593

A Resolução ANEEL nº 484 de 29 de agosto de 2002, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário - RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica pelo prazo máximo de 75 meses a partir de janeiro de 2001. A administração da SAELPA baseada em projeções internas espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução.

O BNDES aprovou linha de crédito para financiamento dos valores de recuperação das perdas decorrentes do Programa de Racionamento. O montante liberado até 31 de dezembro de 2002 é de R\$46.971.

6. Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência de nova classificação, a concessionária procedeu o levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado o montante de R\$15.230, classificado na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante. Esta receita será custeada com recursos financeiros oriundos do adicional de dividendos devidos à União pela ELETROBRÁS, associado às receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras, sob controle federal e na insuficiência dos referidos dividendos da Eletrobrás, com recursos da RGR – Reserva Global de Reversão. Simultaneamente, a SAELPA constituiu uma provisão no passivo circulante na conta "Outras Contas a Pagar" no montante de R\$17.436, objetivando a devolução dos valores faturados dos consumidores que ainda não tinham sido remanejados para sub-classe baixa-renda de acordo com a legislação em vigor.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida. Em 31 de dezembro de 2002, estes créditos montam em R\$31.786 (19.395 em 2001), sendo R\$10.205 (R\$4.266 em 2001) classificados no Realizável a Longo Prazo. Do montante dos Títulos de Créditos a Receber, R\$ 5.058 encontram-se vencidos há mais de 360 dias, para os quais a Saelpa constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

8. Créditos renegociados

Credor	Devedora	Crédito Renegociado	Crédito em 2002	Parcelas Mensais a Receber	Índice de Atualização Anual	Crédito em 2001
a						

Saelpa	Cia. de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	79.198	12.415	21	IGP-DI	52.711
Saelpa	Governo do Estado da Paraíba	18.171	40.915	21	IGP-DI	14.472
Total			53.330			67.183
Parcela de curto prazo			32.692			39.176
Parcela de longo prazo			20.638			28.007

Estes créditos, referem-se ao consumo de energia elétrica até junho de 2000, renegociados em julho de 2000. O crédito junto à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA tem como garantia a própria receita da CAGEPA, sendo interveniente repassador o Banco do Estado da Paraíba – Paraiban.

9. Impostos a recuperar

	2002	2001
.Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	9.780	6.960
.Imposto de Renda Retido na Fonte	572	-
.Imposto de Renda – IRPJ	1.983	8.515
.Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	1.066	3.567
.Programa de Integração Social – PIS	597	69
.Contribuição para a Seguridade Social – COFINS	258	321
.Contribuições Previdenciárias	86	88
	14.342	19.520
Parcela de curto prazo	10.183	13.687
Parcela de longo prazo	4.159	5.833

10. Transações com partes relacionadas

	Pbpart SE 2	Energipe S/A	Cia. Energética da Borborema	Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina	Pbpart Ltda	Total 2002	Total 2001
.Adiantamento e empréstimos a (pagar) receber	(496)	-	(5.065)	11.058	(6.879)	(1.382)	(50.822)
. Prestação de serviços	-	-	-	(707)	-	(707)	(357)
.Aluguel de equipamentos	-	-	-	(7)	-	(7)	-
.Energia elétrica fornecida	-	561	522	-	-	1.083	-
.Receitas (despesas) financeiras	(76)	-	(528)	(1.563)	(4.636)	(6.803)	(4.632)

As transações de adiantamento e empréstimos são remuneradas a juros compatíveis com o mercado. As referidas operações estão suportadas por contratos de abertura de crédito e foram submetidos ao conhecimento e à aprovação da ANEEL.

As prestações de serviços, referentes às áreas administrativas e foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado e foram submetidos ao conhecimento e a aprovação da ANEEL.

Os valores relativos a energia fornecida estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente.

11. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da receita e despesa do exercício de 2002 e 2001, calculadas pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes de imposto de renda e contribuição social, é demonstrada como segue:

	2002	2001
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	37.028	(19.292)
Receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota efetiva	(12.589)	6.559
Ajustes:		
Itens permanentes	(196)	(1.214)
Reconhecimento da mudança de alíquota da contribuição social	2.725	-
Outros	421	666
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(9.639)</u>	<u>6.011</u>
Crédito tributário reconhecido no balanço		
Prejuízos fiscais	38.555	39.896
Base negativa de contribuição social	11.162	10.087
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	32.084	33.493
Contribuição social	<u>10.111</u>	<u>9.438</u>
Total	<u>91.912</u>	<u>92.914</u>

Em atendimento às disposições contidas na Instrução CVM nº 371/2002, estima-se que as realizações dos créditos fiscais da Saelpa ocorrerão como segue:

Período	Realização dos créditos fiscais
2003	6.202
2004	20.419
2005	26.021
2006	20.064
2007	16.790
2008	2.416
Total	<u>91.912</u>

12. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2002	2001
	(%)		
Em serviço:			
Distribuição:			
Linhas, redes e subestações	2,5 a 7,7	280.104	236.126
Comercialização	4	48.561	44.606
Administração	4, 10 e 20	15.620	13.342
		<u>344.285</u>	<u>294.074</u>
Depreciação acumulada:			
Distribuição:			
Linhas, redes e subestações		(105.535)	(93.601)
Comercialização		(16.169)	(15.303)
Administração		(4.571)	(2.988)
		<u>(126.275)</u>	<u>(111.892)</u>
Em curso:			
Distribuição:			
Linhas, redes e subestações		23.288	29.405
Comercialização		128	503
Administração		230	405
		<u>23.646</u>	<u>30.313</u>
Contribuições do consumidor		(24.286)	(10.874)

Total

217.370

201.621

Os bens e instalações, utilizados na transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, até a definitiva aplicação na concessão.

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

13. Empréstimos e financiamentos

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
.Em moeda nacional, com juros de até 8% a.a. e atualização monetária com base na variação da taxa Finel, RGR (Eletrobrás)	15.673	12.729
.Em moeda nacional, com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação da TR (Funasa)	5.763	6.506
.Em moeda nacional, com juros de até 15.39% a.a. acima da taxa de variação do CDI (Bancos: Bradesco, Rural, BIC BANCO, UNIBANCO, INDUSTRIAL, ABC BRASIL e HSBC)	84.054	41.617
.Em moeda nacional, com juros de até 4,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Finame e Compror)	964	1.044
Em moeda nacional, com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da Taxa Selic (BNDES)	38.631	-
Total	<u>145.085</u>	<u>61.896</u>
.Parcela de curto prazo	101.470	45.194
.Parcela de longo prazo	43.615	16.702

Os financiamentos obtidos junto ao Finame, estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os financiamentos obtidos junto às demais instituições financeiras estão garantidos por vinculação de parcelas das receitas da Saelpa, em igual montante ao saldo dos respectivos financiamentos.

Em 2002, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2002</u>
2004	20.577
2005	15.502
2006	3.557
2007	2.565
2008	306
2009	306
Após 2009	802
	<u>43.615</u>

14. Tributos e contribuições sociais

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
ICMS parcelamento	93.797	94.734
ICMS corrente	15.027	5.029
Encargos Sociais corrente	1.736	1.055
Cofins e Pis corrente	6.619	1.949
Refis	15.935	18.184
Outros	1.110	299
Total	<u>134.224</u>	<u>121.250</u>
Parcela de curto prazo	89.819	67.052
Parcela de longo prazo	44.405	54.198

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS - Parcelamento

A Saelpa, em 15 de julho de 2000, parcelou junto ao Governo do Estado da Paraíba seu débito fiscal de ICMS, no montante de R\$125.154. O débito consolidado foi parcelado em 36 meses, a partir de sua formalização, sendo atualizado pela variação mensal do IGP-DI. Em 31 de dezembro de 2002, este débito monta em R\$93.797 (R\$35.174 no contabilizado no Exigível a Longo Prazo).

b) Programa de recuperação fiscal (Refis)

A Saelpa aderiu, em março de 2000, ao programa de recuperação fiscal – Refis, aprovado pela Lei n.º 9.964, de abril de 2000.

Apresenta-se a composição/movimentação deste débito fiscal:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Valor do débito fiscal	18.184	20.957
(+) Atualização da dívida pela TJLP (outras despesas financeiras)	1.388	1.686
(-) Pagamentos efetuados no exercício	<u>(3.637)</u>	<u>(4.459)</u>
(=) Saldo da dívida	<u>15.935</u>	<u>18.184</u>
Parcela de curto prazo	6.704	2.977
Parcela de longo prazo	9.231	15.207

Pelas projeções da Saelpa, estima-se a realização total da dívida pelo prazo de 29 meses.

15. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 619.889.939 ações ordinárias, 111.170.274 ações preferenciais classe "A" e 147.076 ações preferenciais classe "B", todas nominativas sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos sendo:

. Classe A – Dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o capital atribuído a essa classe;

. Classe B - Dividendos obrigatórios não cumulativos previstos no estatuto social.

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, e a constituição de

uma reserva de 5% do lucro líquido, limitada a 80% do capital social que destina-se a ampliação e renovação de instalações e investimentos.

16. Fornecimento de energia elétrica

	Não auditado					
	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Residencial	686.239	675.031	653.779	637.755	138.739	119.749
Industrial	4.811	4.961	636.998	623.687	71.235	60.199
Comercial	56.191	58.891	312.058	282.695	62.180	50.022
Rural	33.041	23.779	76.835	75.309	7.602	6.568
Poder público:						
Federal	426	347	23.454	21.771	8.779	6.737
Estadual	2.236	1.827	31.964	29.666	7.046	5.404
Municipal	8.273	6.757	40.265	37.372	4.809	3.689
Iluminação pública	263	560	147.615	114.536	17.616	11.965
Serviço público	729	670	135.638	128.005	18.005	13.971
Consumo próprio	116	159	2.352	1.907	-	-
Subtotal	792.325	772.982	2.060.958	1.952.703	336.011	278.304
ICMS faturado	-	-	-	-	(63.660)	(49.056)
Ajuste a recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	1.381	77.563
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	26.274	(34.197)	5.166	(1.078)
Suprimento de energia elétrica	3	3	803.546	297.044	48.469	20.943
Outros serviços taxados	-	-	-	-	4.419	3.209
Total	792.328	772.985	2.890.778	2.215.550	331.786	329.885

17. Remuneração dos Administradores.

A rubrica “Despesas de pessoal” inclui o montante de R\$1.460 (R\$1.012 em 2001), referente a remuneração dos administradores.

18. Provisões para Contingências

A Administração da Saelpa, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

Contingências	2002			2001		
	Valor da provisão		Depósitos e caucões vinculados	Valor da provisão		Depósitos e Caucões vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Empregados	(3.381)	28.203	11.212	(12.100)	31.584	8.720
Cíveis						
Consumidores	(131)	25.894	2.746	(273)	26.025	1.983
Fiscais						
INSS	-	8.332	-	-	8.332	-
ICMS	-	2.679	-	-	2.679	-
COFINS	-	5.669	-	-	5.669	-
Outros	-	3.831	-	(291)	3.831	-
Subtotal	-	20.511	-	(291)	20.511	-

TOTAL	(3.512)	74.608	13.958	(12.664)	78.120	10.703
-------	---------	--------	--------	----------	--------	--------

Do montante de R\$3.512 (R\$12.664 em 2001), revertido de provisão no exercício, R\$3.381 (R\$7.000 em 2001) foi contabilizado na rubrica de “despesa operacional – pessoal” e R\$131 (R\$5.664 em 2001) em provisão para contingências.

19. Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

20. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A Saelpa não opera com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

21. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Saelpa é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefícios definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A seguir, apresenta-se a característica do plano de benefícios:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição Anual		% s/folha de pagamento	Déficit Atuarial	
		2002	2001		2002	2001
Saelpa	Funasa	3.865	2.788	13,80	(*) (28.568)	(*) (28.162)

(*) R\$3.865, em 2002 e 2001 foram contabilizados no Passivo Circulante em Outras contas a pagar e R\$24.703 (R\$24.297 em 2001) no Exigível a longo prazo.

A composição dos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro era como segue:

	Funasa	
	2002	2001
Valor presente das obrigações atuariais	(86.279)	(80.166)
Valor justo dos ativos do plano	50.845	48.899
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(35.434)	(31.267)
(Ganhos) perdas não reconhecidos	6.866	3.105
Superávit (déficit) líquido	(28.568)	(28.162)

A movimentação dos ativos financeiros e passivos atuariais do plano em 2002 era como segue:

ATIVOS FINANCEIROS DO PLANO	
Saldo em 31 de dezembro de 2001	48.899
Contribuições da patrocinadora e participantes	4.107
Pagamentos de benefícios	(6.680)
Rentabilidade dos ativos	
. Rendimento esperado dos ativos do plano	2.858
. Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	1.661

Saldos em 31 de dezembro de 2002	50.845
	=====
PASSIVOS ATUARIAIS	
Saldo em 31 de dezembro de 2001	80.166
Contribuições da patrocinadora e participantes	4.107
Custo de manutenção da reserva em 2002	2.006

Saldos em 31 de dezembro de 2002	86.279
	=====

Despesa prevista para 2003:

Rendimento esperado dos ativos	2.979
Juros sobre as obrigações atuariais	4.995
Despesa a ser reconhecida	2.469

Premissas atuariais:

Taxa real anual de juros	6%
Projeção de crescimento real de salário	1%
Projeção de crescimento real de benefícios	0%
Tábua de mortalidade geral de válidos	GAM 1971
Tábua de mortalidade geral de inválidos	IAPC
Tábua de entrada em invalidez	IAPB-57

22. Concessão do serviço público de energia elétrica

Através de Decreto Presidencial, de 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à SAELPA a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

23. Programa Emergencial - Racionamento

A Saelpa, possui registrado os seguintes valores referente ao Programa de Racionamento de Energia, já revisados pela ANEEL.

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Custos do racionamento – (Outros – Realizável a longo prazo)	1.847	1.413
Sobretaxa (*) – (Outros – Exigível a longo prazo)	(6.124)	(6.583)
Bônus – (Outros – Realizável a longo prazo)	9.268	9.768
Total a receber	<u>4.991</u>	<u>4.598</u>

(*) Inclui aportes recebidos

24. Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 155/2003 – SFF/ANEEL, de 24/01/2003, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

A Saelpa somente exerce a atividade de distribuição de energia elétrica. Dessa forma a demonstração do resultado atende ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL.

IV. Parecer dos Auditores Independentes

Aos
Acionistas e Administradores da
Saelpa - Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba

João Pessoa – PB

1. Examinamos o balanço patrimonial da SAELPA - SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA, levantado em 31 de dezembro de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saelpa - Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme detalhado na nota explicativa nº. 4 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2002, a Sociedade tem registrado, no ativo circulante, valores a receber no montante de R\$15.266 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE e, no passivo circulante, valores a pagar no montante de R\$221 mil, relativo aos encargos de serviço sistema, ambos com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. Esses valores podem estar sujeitos a modificação dependendo da decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor.

A liquidação financeira desses valores, programada para 22 de novembro de 2002, foi postergada em razão de novo acordo entre as empresas do setor e o governo. Após 31 de dezembro e até a data deste parecer, a Sociedade recebeu R\$6.584 mil. O sucesso dessa negociação e liquidação depende da capacidade financeira das empresas do setor em honrar seus compromissos.

5. Em 21 de dezembro de 2001, foi editada a Medida Provisória nº. 14, convertida na Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, disciplinando, entre os assuntos, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das empresas distribuidoras de energia elétrica, garantido nos contratos de concessão, em razão do Programa Emergencial de Redução do

Consumo de Energia Elétrica. As informações detalhadas e os impactos sobre a situação patrimonial e financeira e no resultado das operações relativos ao Acordo Geral do Setor Elétrico estão divulgados na nota explicativa nº. 5 às demonstrações financeiras.

6. No exercício findo em 31 de dezembro de 2002, a Sociedade apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$82.594 mil. A Sociedade apresenta um endividamento por empréstimos e financiamentos no montante de R\$145.085 (R\$101.470 mil no curto prazo e R\$43.615 mil no longo prazo), que tem contribuído para impactar de forma negativa e significativa o seu resultado financeiro e, por consequência o resultado das operações da Sociedade. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Administração vem negociando junto às instituições financeiras credoras, o alongamento do perfil das dívidas de financiamentos, objetivando o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro da Sociedade.
7. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria em 27 de março de 2002, sem ressalvas e incluindo parágrafo de ênfase mencionando que os valores a receber relativos ao período de racionamento encontravam-se pendentes de revisão e homologação e os saldos de energia comercializada no âmbito do MAE foram registrados com base em dados preliminares fornecidos pelo ASMAE.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2003

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/S-SE

Marcelo C. Almeida
Contador
CRC – RJ 36.206 – 3/S-PB